



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680474 - SE (2021/0220890-9)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SERGIPE
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SERGIPE
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
PACIENTE : FRANCISCO JOSE FERREIRA DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de FRANCISCO JOSE FERREIRA DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE (Correição Parcial Criminal n. 202100305538), provida para "suspender a decisão proferida pelo Juízo de piso no sentido de preservar o sigilo do áudio do disque denúncia, e, por conseguinte, de conferir o sigilo dos dados a da identidade do denunciante" (fl. 924).

Infere-se dos autos que o paciente responde pelo suposto delito "previsto no art. 121, § 2º, I e IV, do CP, além do conexo previsto no art. 14, caput, da Lei nº 10.826/2003" (fl. 639).

A impetrante sustenta que o acórdão que deu provimento à correição do parquet (fl. 9)

[...] está eivado de ilegalidade, pois: a) ao conhecer a correição parcial criminal sem as devidas hipóteses de cabimento, contrariou o art. 564, inciso IV, do CP c/c art. 374, parágrafo único, do Regimento Interno do TJSE; b) ao não dar oportunidade da defesa de se manifestar sobre o pedido formulado na correição parcial, afastou ilegalmente a garantia constitucional do contraditório e da ampla defesa, previstos no art. 5º, LV; e c) vedou o acesso à informação, embora garantido o sigilo da fonte, em perfeita afronta ao disposto nos arts. 21, da Lei 12.527/2011 e no art. 5º, XIV e XXXIII, da CF e às disposições da súmula vinculante 14 do STF, além de impedir o controle de fidelidade e fidedignidade da cadeia de custódia dos áudios do disk-denúncia, em perfeita afronta às disposições dos arts. 158, 158-A e 158-B, do CPP, residindo nestes pontos a flagrante ilegalidade na motivação da decisão judicial da corte de origem.

Requer, liminarmente e no mérito, o reconhecimento da nulidade do acórdão e o consequente restabelecimento da decisão do juízo de primeiro grau.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente